



Interação

A Imagem do Futuro



Informativo mensal da ACISE - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Embu - Ano VIII - nº 74 - Mar./Abr. 2007

Depois de 12 anos... A lei mais importante!

Um sonho impossível, um ideal inalcançável: isto era a luta para trazer desenvolvimento com preservação ambiental. Hoje, porém, com a regulamentação da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Guarapiranga, já é possível o licenciamento de empresas e negócios aqui mesmo, em Embu. E sem destruir a natureza. E se um sonho só é possível a partir de um sonhador, seu nome é Roberto Terassi. Veja o que ele pensa e o que a nova lei regulamentada permite nesta edição.

Páginas 3 e 4



Um aeroporto na região



Será em Caucaia do Alto (Cotia), onde em 1974 já havia projeto para instalação. Embu, Taboão e Itapeperica da Serra estão descartados.

Página 5

Libbs Farmacêutica sofre com Eletropaulo

Mais uma empresa corre o risco de não conseguir transferir sua linha de produção total para Embu das Artes por causa dos problemas no fornecimento de energia, a cargo da AES Eletropaulo: é a Libbs Farmacêutica, empresa de pouco tempo na cidade, mas de tamanho considerável e alta produção. Depois do fim da novela da Nova Lei dos Mananciais, este é o maior problema para as empresas que queiram vir para a cidade.



Página 8

E veja ainda:

FACESP tem novo presidente e diretoria

Página 4

Artigo: Marcos Cintra fala sobre o corte gastos públicos

Página 6

Contatec
Contabilidade

4704-4106
4781-1592

Abertura de Firmas
Encerramentos
Escrita Fiscal
Contabilidade
Imposto de Renda

IMOBILIÁRIA PORTA NOVA

Cred: J04629

Av. Elias Yazbek, 2680 - Embu
(dentro do Posto Joaquin's)
4704-5177 - 4781-1188

site: www.imobiliariaportanova.com.br
e-mail: imobiliariaportanova@uol.com.br

TECNOLUZ

MATERIAIS
PROJETOS
INSTALAÇÕES

[www.TECNOLUZ.COM.BR](http://www.tecnoluz.com.br)

Fone: **4704-4680**
www.tecnoluz.com.br

DISQUE DENÚNCIA

181



O fenômeno do boato

Não dá para negar o gosto popular pelo boato ou fofoca. Quase todo mundo gosta de uma historinha, daquelas do tipo: "Você soube? Não? Ah nem te conto...". Não é coisa somente de mulher, como se diz por aí. A curiosidade é humana, profundamente enraizada em nossa constituição física e psicológica. É genética, mesmo. O ser humano progride porque procura, porque se interessa, porque pergunta. E isso é bom.

Mas tem algumas coisas ligadas à curiosidade e à arte do boato que não parecem tão boas assim. Especialmente no que diz respeito aos negócios. Foi com o intuito de cessar uma boataria daninha que nosso jornal investigou e fez a reportagem "Aeroporto em Caucaia do Alto" (pág. 5), algo que já tinha espalhado seus efeitos nefastos no Jd. magali e ameaçava espalhar-se para outras áreas da cidade e até mesmo da região. Porque especulação imobiliária é uma coisa, e mentira já é outra bem diferente.

Numa cidade pequena como a nossa (pequena, em termos de comunidade), onde todo mundo se conhece, a notícia (verdadeira ou falsa) se espalha com o vento. Isso foi uma coisa que nós,

profissionais da imprensa, tivemos de nos acostumar quando chegamos por aqui, há quase dez anos: se bobear, a notícia chega antes do jornal, em forma de boato. Às vezes distorcida, mas - algumas vezes - recheada e temperada com informações que, muitas vezes, levam em si a informação impúblicável, indizível, inenarrável. Que só um boato é capaz de transmitir.

As pilhérias, as tragédias, os escândalos, as armações, os conchavos escusos, tudo isso leva em seu bojo o condimento do boato, que nós oficialmente não aceitamos. Mas quem não gosta de ser bem relacionado e de ouvir - entre um gole e outro de um chopp - uma informação privilegiada, uma notícia sigilosa, uma dica importante, uma oportunidade única? Somos humanos.

Mas tem de haver limites. Histórias como as contadas sobre o aeroporto e, agora, sobre o supermercado Compre Bem (do Grupo Pão de Açúcar) são danosas, porque não levam em conta as pessoas envolvidas, seus negócios, suas vidas. Acima de tudo, devemos lembrar sempre que estamos lidando não com coisas frias, mas com vidas. Que devemos preservar.

Fábrica de Trouxas

Por Paulo Affonso Paledi

Fiz uma rápida análise deste começo de milênio e descobri qual é o tipo de empresa de maior sucesso no país tropical. São as entrouxadoras (parece nome de máquina têxtil). As empresas que fazem a gente de trouxa. E como tem!

Companhias aéreas, por exemplo. Minha filha quebrou o pau com uma delas. Que novidade! Atrasam e cancelam como e quando querem, não dão informações, deixam os clientes largados no aeroporto, não estão nem ai pros nossos compromissos e cancelam vôos a seu bel prazer. E não pagam nenhum tipo de multa. (você já viu a imprensa noticiar que uma companhia aérea foi multada por atrasar ou cancelar vôo?). Mas, se eu quiser mudar um horário de vôo, tenho que pagar multa. E isso já acontecia bem antes dessa crise de incompetência que acomete o setor no Brasil. E se não quiser, que vá de carro ou a pé. Seu trouxa.

E os fabricantes de celulares? Tive um problema com o meu celular. Passei três meses pendurado ao telefone, sem respostas, sem atenção, extraviaram o celular na assistência técnica e só depois de um escândalo consegui o dinheiro de volta. Não gostou? Não use celular. Seu trouxa.

E os bancos e operadoras de cartão de crédito, então? Tive um problema no meu cartão de débito. Não pude sacar dinheiro no caixa automático, tive que usar o cartão de crédito. Saquei trezentos reais. E quando chegou a fatura do cartão de crédito descobri que pagaria quarenta e dois reais de "encargos". liguei pra reclamar e ouvi como quase que um consolo do atendente: é mesmo, isso é um assalto a mão armada... e se não quiser, que guarde sua grana embaixo do colchão. Seu trouxa.

E as indústrias? Você tem computador e impressora a jato de tinta? Alguma vez você parou para fazer as contas de quanto custa a tinta daqueles cartuchos? Num e-mail que recebi, vinha um exercício: um cartucho HP, com míseros 10ml de tinta custa R\$ 55,99. Isso dá R\$ 5,59 por mililitro. Praticamente

seis mil reais por um litro de tinta! As impressoras HP 1410, 3920 que usam os cartuchos HP 21 e 22, estão vindo com somente 5 ml de tinta! Mas não é só as HPs. Com a Lexmark é a mesma coisa. Mas, se você não quiser. Use máquina de escrever. Seu trouxa!

Na hora de comprar um carro novo, você já conseguiu pelo preço do anúncio? Na hora da compra te empurram todo tipo de acessório. Aquele carro do anúncio simplesmente não existe. Não gostou?. Vá comprar outro carro. Seu trouxa!

E as operadoras de celular? Já tentou resolver alguma coisa usando o 0800 terceirizado delas? Deixa de ser trouxa!

Eu poderia contar as experiências com o provedor de Internet, com a empresa de televisão a cabo, com o plano de saúde, com a seguradora, com a escola dos meus filhos, com... fala verdade, quantas vezes por dia te fazem de trouxa, hein? Perdeu a conta, né?

Pois eu cansei. Resolvi me rebelar e fiz uma lista das entrouxadoras para tomar providências. Mas ai aconteceu uma coisa curiosa. Comecei a reparar nas propagandas delas. Como elas investem em propaganda. E são propagandas feitas por umas pessoas muito competentes. Tão criativas, tão bonitas, tão bem feitas! Ganham prêmios em festivais pelo mundo afora. Mostram gente bonita e feliz, sorridente, saudável. Tem até filminhos na televisão, tão engraçadinhos. Todas juram que eu e você, o cliente, estamos em primeiro lugar. E que só existem para facilitar nossa vida. Algumas até publicam lindos balanços sociais, mostrando como são generosos com as comunidades onde atuam, doando alimentos e ajudando creches... tudo em papel reciclado que é pra mostrar como elas estão preocupadas com o meio ambiente.

Aí, fico emocionado. Entusiasmado. Deslumbrado. Tão deslumbrado que até esqueço que sou um trouxa.

Ah. Eu mereço...

EXPEDIENTE

O jornal **INTERAÇÃO** é uma publicação da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Embu - ACISE

Al. Fernando Batista Medina, nº 69 • Centro - Embu das Artes •

Fones: 4781 -1044

e-mail: acise@embu.com.br • site: www.embu.com.br

Jornalista Responsável

Waldyr V. M. A. Kopezky
MTB 35.547

Presidente

Antônio Carlos de Oliveira
Morozetti

Vice Presidente do Comércio:

KIEI TAKAYASU

Vice Presidente da Indústria

TEREZINHA J. CAMPOS ALMEIDA

Vice Presidente de Serviços:

HORST LEO ALFES

Primeiro Secretário:

PAULO ROBERTO AFFONSO

Segundo Secretário:

MARCO AURÉLIO DO CARMO

Primeiro Tesoureiro:

LUIZ ANTONIO FREGONA

Segundo Tesoureiro:

JOSÉ ROBERTO TERASSI

Diretor Social:

ADOLPHO AUGUSTO CESAR FINATTI

Tiragem: 6.000 exemplares

Publicação mensal

Distribuição Gratuita



Legislação

Regulamentada, afinal!

Nova Lei dos Mananciais - que é chamada de Lei Terassi, dado o empenho do vice-prefeito de Embu e ex-presidente da ACISE em sua promulgação - entra finalmente em vigor, devidamente regulamentada

A Lei de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Guarapiranga (nº 12.233/06) – conhecida como Nova Lei dos Mananciais (ou “Lei Terassi”, como muitos falam dela) foi finalmente regulamentada pelo decreto 51.686/07. A partir de agora, ela está verdadeiramente em vigor e pode ser licenciada pela administração municipal, em limites definidos: até 10 mil m² para pessoa jurídica e 20 mil m² para construção de vilas residenciais. E muda também o coeficiente de ocupação, que passa a ser de até 80%. Nesta entrevista falamos com o vice-prefeito, Secretário de Serviços Urbanos de Embu e ex-presidente da ACISE (ufa!), Roberto Terassi. Ele, mais do que ninguém, tem razões de sobra para comemorar sua definitiva entrada em vigor, já que lutou por quase doze anos para sua definitiva implementação, estabelecendo melhores condições para a fixação de renda e emprego na região, favorecendo o crescimento sustentado e mantendo a economia das cidades de Embu e suas circunvizinhas (além de grandes áreas da zona sul da capital) em níveis que permitam seu desenvolvimento. Vamos à entrevista:

Do ponto de vista histórico, como você vê esta regulamentação da Nova Lei dos Mananciais?

Desde a assinatura da lei pelo então governador Geraldo Alckmin, em 16 de janeiro de 2006, demorou praticamente um ano e três meses para que esta regulamentação saísse. E, quando ela foi sancionada, tinha um prazo de 120 dias para ser regulamentada. Nós ficamos sem lei por mais de um ano, já que a nova lei não-regulamentada revogou a Lei nº 1.172/76, que esteve em vigor durante 30 anos. Uma vergonha! Mas, a partir de hoje, tudo vai ser diferente. Pode escrever aí: em cinco anos, a arrecadação da cidade vai dobrar, tal a quantidade de empresas que devem vir, atraídas pela nova legislação!

Trinta anos da lei, e quantos anos você lutou para a mudança dela?

Quase doze anos, isto é, desde 1995. Porque eu via o engessamento a que Embu – em particular, e outros municípios atingidos pela área de mananciais, no geral – eram submetidos.

Quando foi a primeira vez?

Foi quando eu convidei – em 1995 – o então técnico da Secretaria de Recursos Hídricos, engenheiro Ricardo Araújo para discutir os problemas com a antiga lei. Ela permitia tudo, menos a legalidade, já que as empresas ilegais os órgãos estaduais não conseguiam fiscalizar, e as declaradamente legais eram fiscalizadas diuturnamente. Foi aí que começou a luta.

E esta regulamentação da Nova Lei, então...

...É o maior acontecimento para as cidades de Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, São Lourenço, Jujutiba e Cotia. Isso sem contar a região sul da capital, nos bairros de Parelheiros, Capela do Socorro e demais áreas que margeiam a Represa de Guarapiranga. Porque vai permitir o desenvolvimento sustentável destas áreas, com uma flexibilização que é fundamental.

E o primeiro benefício direto para nós, de Embu...

Ninguém vai mais embora. Só uma referência: nós arrecadamos algo em torno de 130 milhões de reais, sendo que 30 milhões vieram do ICMS e 10 milhões do ISS. É uma fatia considerável, que mostra a importância das contribuições das empresas à administração municipal. O resto é repasse: Fundeb e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Então, a contribuição de empresas é quase 1/3 do total arrecadado!



Mas o IPTU não tem participação importante?

Só 13 milhões! E todo mundo fica pensando que essa é a principal fonte de arrecadação. É uma das menores! E tem um detalhe: os cinco maiores contribuintes de ICMS em 2006 foram a Telefônica, Conaut, Cimento Rio Branco, Ripasa e Eletropaulo. E as três empresas privadas desta lista – não as privatizadas -, se não tivesse havido no ano passado a nova Lei dos Mananciais...

Elas já teriam ido embora?

Com certeza! Porque elas queriam crescer e não podiam. Outro exemplo é a Natura, em Itapeverica da Serra: foi pra Cajamar, porque ela queria expandir e não podia.

Já houve perdas irreparáveis, nestes anos de luta pela mudança da lei?

Várias. A Vitrosul, que tinha 350 empregos, foi embora. A Glenmark (do grupo McDonald's) também foi para Osasco. Um grande êxodo de empresas – e empregos – já aconteceu, no correr destes anos.

E como será, daqui pra frente?

Veja bem: antes, as empresas só podiam utilizar algo em torno de 30% de suas áreas para construção. Agora, vão poder utilizar até 80% do terreno para expandir a indústria.

E a tal da compensação, que a empresa tinha que fazer em áreas não-contíguas?

Bem, esta foi uma solução intermediária, que tinha prazo para acabar. Hoje, não há mais necessidade da empresa fazer isso. Quer dizer, quem fez tem de continuar mantendo, mas as futuras empresas não vão mais precisar.

Então, a região Sudoeste passa a ter um atrativo a mais para a fixação de empresas e negócios?

De uma forma que ninguém imagina. Veja bem: a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Guarapiranga hoje é única. Nós somos a primeira bacia – de um total de vinte e seis, em todo o estado – a aprovar e regulamentar uma lei específica. Então, somos a primeira região com essa flexibilidade legal e, portanto, onde os empresários devem (e vão) olhar primeiro, na hora de escolher um novo lugar para suas plantas industriais.



Legislação (continuação)

O que muda com a nova lei regulamentada

A partir de agora, as empresas que estão em Embu e demais cidades da região sudoeste se beneficiam em uma série de medidas para poder ampliar seus negócios e suas plantas. Veja, ponto-a-ponto, as mudanças:

- Licenciamento: em limites definidos, a nova lei estabelece que o licenciamento municipal possa regulamentar o uso e a ocupação do solo, sem precisar recorrer aos departamentos da esfera estadual (CETESB, DUSM, DPRN, etc.). Sendo assim, em ocupações de até 10 mil m² de área construída (para pessoa jurídica) e 20 mil m² de área construída para construção de vilas residenciais, toda a regulamentação acontece em nível municipal.

- Coeficiente de ocupação: passa a ser de até 80% no corredor empresarial da BR-116, possibilitando aos empresários ampliarem suas plantas fabris, aumentarem sua produção, crescerem em postos de trabalho e aumentar sua lucratividade (o Plano Diretor de Embu e demais cidades já define o corredor, em sintonia com a legislação estadual). Isto resgata um perfil internacional para o setor produtivo da região, que é o do modelo de fixação das empresas nos corredores rodoviários. "No mundo inteiro é assim", ressalta Terassi.

- Manutenção das empresas da cidade: muitas empresas, se não houvesse a aprovação e regulamentação da nova lei, já teriam optado por outro município. É o caso da RFS (ex-KMP), Sansuy, Laboratório Behring, entre outros. "Nos conseguimos segurar as empresas já fixadas aqui, e que têm uma história em Embu", destaca o vice.

- Aumento da arrecadação municipal: ISS e ICMS formam juntos quase um terço de toda a arrecadação do município de Embu das Artes em 2006. Esta fatia deverá aumentar com as facilidades para a fixação de novas empresas, o que significa maior contribuição fiscal e mais dinheiro no caixa do governo para políticas públicas. "Os cinco maiores contribuintes de ICMS em 2006 foram a Telefônica, Conault, Cimento Rio Branco, Ripasa e Eletropaulo. E as três empresas privadas desta lista - não as privatizadas -, se não houvesse no ano passado a aprovação da Nova Lei, elas já teriam ido embora. Hoje ninguém vai mais embora, como a Vitrosul e a Glenmark foram, no passado", comemora Terassi.

- Fim da compensação: A preservação de áreas não-contíguas às da planta da empresa para aumentar o coeficiente de ocupação e construção já não é mais necessária, desde a regulamentação da Nova Lei. Quem já preserva mantém, mas novas compensações não serão mais necessárias.

- Pioneirismo: a Região Sudoeste, hoje, tornou-se com a regulamentação uma área altamente atraente para o empresariado paulista, já que legalizou a flexibilização das normas de uso e ocupação de seu solo. Assim, torna-se evidente seu atrativo para a implantação de novas empresas e fábricas.

Empresas

FACESP dá posse a novo presidente

Em evento, Alencar Burti assume entidade no biênio 2007/2009



Alencar Burti

No dia 26 de março de 2007, às 11h, no Clube Atlético Monte Libano (zona sul da capital), o novo presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo - FACESP tomou posse. É Alencar Burti, eleito em assembleia geral um mês antes pelas associações comerciais filiadas para o biênio março 2007 / março 2009, com mandato de 2 (dois) anos, na forma do seu estatuto social.

Eleição unânime

No dia 26 de fevereiro, Alencar Burti havia sido eleito em uma votação unânime realizada pela FACESP e presidida por Guilherme Afif Domingos, antecessor de Burti. ele possuía o apoio expressivo de 157 entidades filiadas, sendo instruído com a aprovação unânime do Conselho Superior e tendo cumprido todas as disposições regulamentares para a efetivação de sua candidatura.

Ato contínuo à eleição do presidente, foi colocado em votação a eleição dos Vice-Presidentes, referendando, deste modo, as indicações feitas conforme o processo eleitoral estatutário, esclarecendo, entretanto, que a eleição dos administradores seria ato privativo

da assembleia geral, o que ora se efetivava.

Veja os novos nomes da FACESP

- PRESIDENTE: ALENCAR BURTI
- VICE-PRESIDENTES:
- GILBERTO KASSAB, RA-1 - Município de São Paulo
- ZOILIO DE SOUZA ASSIS, RA-2 - Metropolitana ABC
- ANUNCIATO THOME SOBRINHO, RA-3 - Metropolitana Alto do Tietê
- SÉRGIO VEIGA, RA-4 - Metropolitana Oeste
- ROBERTO PEREIRA DA SILVA, RA-5 - Litoral Paulista
- GEORGES HABIB FRANÇA NICOLAS, RA-6 - Vale do Paraíba
- IVAN HUSSNI, RA-7 - Campinas
- ELISEU PEREIRA DA SILVA, RA-8 - Jundiaí
- OWANIL FURLANI, RA-9 - Sorocaba
- ARY DE OLIVEIRA RUSSO, RA-10 - Vale do Paranapanema
- FRANCISCO CARLOS J. PINGHERA, RA-11 - Ribeirão Preto
- CÁSSIO NUNES CARVALHO, RA-12 - Bauru
- WILSON MARINHO DA CRUZ, RA-13 - Araçatuba
- ROLANDO CÉSAR C. C. NOGUEIRA, RA-14 - São José do Rio Preto
- SÉRGIO LOPES SOBRINHO, RA-15 - Marília
- JOÃO BATISTA F. E OLIVEIRA JR., RA-16 - Baixa Mogiana
- CARLOS APARECIDO SILVA, RA-17 - Presidente Prudente
- ERNESTO MASSELANI NETO, RA-18 - São Carlos
- DIRETORIA EXECUTIVA:
- GUILHERME AFIF DOMINGOS, Vice-Presidente
- ROGÉRIO PINTO COELHO AMATO, Vice-Presidente
- MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI, Vice-Presidente
- GUILHERME CAMPOS JÚNIOR, Vice-Presidente
- ALFREDO COTAIT, Vice-Presidente
- ANTONIO CARLOS PARISE, Vice-Presidente



Negócios na Região

Aeroporto em Caucaia do Alto

Reunião entre ANAC, Infraero e Aeronáutica relançou a região de Cotia como alternativa para a construção de um novo aeroporto

Boatos no começo do ano e duas reportagens em um jornal econômico da capital trouxeram à tona a Região Sudoeste (na improvável divisa entre Embu e Taboão da Serra) como um possível sítio para a implantação de um quarto aeroporto para a Grande São Paulo (contando Congonhas, Guarulhos e o Campo de Marte). No entanto, técnicos da Infraero contatados pela reportagem negaram a informação, ressaltando as várias dificuldades - mas citando Caucaia do Alto (Cotia) como um sítio possível.

Para a Infraero e a ANAC (Agência Nacional de Aviação Comercial), inclusive, a hipótese de Embu e Taboão nunca foi considerada. "Porém, há uma pressão muito grande da comunidade aeronáutica em torno de se criar um novo aeroporto, e foi lembrado novamente o projeto de Caucaia do Alto", disse uma fonte

da Aeronáutica presente à reunião. Para quem não sabe, no final dos anos 70, um projeto para a instalação do Aeroporto Internacional em Caucaia do Alto (Cotia) foi amplamente repudiado por entidades ambientalistas da Região, inclusive de Embu.

Caso o aeroporto tivesse sido construído, Embu e Taboão seriam rota de uma das cabeceiras da pista para decolagens ou aterrissagens (dependendo da posição do vento). "Os protestos (inclusive internacionais) inviabilizaram a obra, que acabou sendo construída em Guarulhos", lembrou Márcio Amêndola, jornalista do Fato Expresso, periódico da cidade.

Boatos e especulação imobiliária intensificada no Jd. Magali

Antes mesmo da publicação da primeira matéria no jornal Valor Econômico ("Infraero planeja construir mais um Aeroporto em São Paulo", de 24 de janeiro), já havia uma forte boataria a respeito do uso do terreno da Transportadora Schlatter, de um milhão de metros quadrados, no Jd. Magali (Embu) para a



consecução do projeto. Em vista disso, uma forte especulação imobiliária agitou o mercado de imóveis e terrenos, incrementando os negócios entre proprietários e imobiliárias da região. Pelo menos três executivos de empresas sediadas na cidade e uma imobiliária confirmaram o aumento de valores de imóveis e terrenos no bairro, levados pela forte especulação. Hoje, as atenções se voltam para uma área invadida em Itapecerica da Serra, como provável sítio do novo aeroporto. Mas não há confirmação.

De acordo com fontes ligadas à ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e a Superintendência Regional SP da Infraero - responsável pela administração dos aeroportos da capital, mais Viracopos (em Campinas) e o aeroporto de São José dos Campos -, não há a menor condição de que Taboão, Itapecerica ou mesmo Embu venham a abrigar qualquer implantação de projeto de aeroporto para a Grande SP. As razões, além de ordem prática (espaço físico e infra-estrutura urbana) seriam ainda técnicas, como o "conflito de tráfego aéreo nas aerovias de aproximação da terminal SP" (chamada de 'longa final'), além do fato das cidades da região estarem em um relevo (região

de serra) muito inapropriado para a implantação de qualquer tipo de estrutura de pouso de aeronaves. "Toda a região teria ainda que ser pesquisada em termos de clima, direção dos ventos (para a definição da posição de cabeceiras de pista), geologia e etc", disse o engenheiro, ligado diretamente à ANAC, que falou à reportagem mas pediu sigilo sobre sua identidade.

Noticiário de janeiro dava conta de que Infraero planejava construir mais um aeroporto, e Taboão da Serra teria sido levantada

O Jornal Valor Econômico publicou, na última semana de janeiro, que a Infraero já havia começado a planejar a construção de um novo aeroporto para atender a cidade de São Paulo. Segundo a reportagem, os estudos estariam em fase embrionária e a previsão seria de que o aeroporto estivesse em funcionamento somente daqui a dez anos.

Taboão da Serra e a Baixada Santista foram lembrados na reportagem como localidades em estudo pela Infraero.

Acontece que Taboão da Serra praticamente não tem nenhum terreno vazio que possa abrigar uma obra do porte de um aeroporto, mas a proximidade com a capital, o Rodoanel e o fato da linha 4 do Metrô estar em obras aceleradas colocariam a cidade como um ponto estratégico na avaliação da Infraero. Uma solução seria a construção na divisa com Embu (mais dentro desta cidade, para ser mais específico), que ainda reserva terrenos que poderiam ser aproveitados.

De acordo com a declaração dada ao jornal pelo presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, a estimativa dos gastos com um novo aeroporto seria de, pelo menos, R\$ 5 bilhões. "A principal tarefa é a escolha do sítio adequado, o que tem a ver também

com o tráfego aéreo, meio ambiente e questões viárias", observou ainda à Valor Econômico.

Veja onde fica Caucaia do Alto

Caucaia do Alto é hoje um distrito do município de Cotia, a oeste do planalto de São Paulo de Piratininga (antigo nome da capital). O principal acesso ao local fica no km 39 da rodovia Raposo Tavares. Tem cerca de 20 mil habitantes, possuindo estrutura básica, porém com precário processo de urbanização.

A topografia (vales e montanhas) propicia um clima excepcional dentro dos 177 km quadrados de área verde que tem a região. O distrito é tido como um paraíso do sistema ecológico por "...estar ao lado de parte da reserva florestal do Morro Grande e a bacia do rio Sorocamirim, sendo um prolongamento da Serra da Queixada (...), sistema orográfico da Serra do Mar", como consta da Enciclopédia Universal Brasileira, Vol. 3º, DCL/1980-SP. A altitude máxima da serra é de 1.074 m, convidando à prática de esportes como alpinismo, caminhada, mountain bike, e demais esportes de aventura.

ANUNCIE AQUI!

FONE: 4781-1044



Artigo

É preciso cortar gastos públicos

Por Marcos Cintra

O corte nos gastos públicos é quase unanimemente recomendado para corrigir supostos desequilíbrios nos juros e no câmbio, e para acelerar o crescimento do PIB.

Vale lembrar que no início do Plano Real o controle da inflação e o crescimento econômico foram obtidos com a combinação de câmbio valorizado e política fiscal expansionista.

O resultado foi a geração de déficits nas contas externas, o crescimento da dívida pública interna, a escalada dos juros e o aumento da carga tributária. O “crowding-out” do setor privado reduziu os investimentos e inibiu o crescimento econômico.

No entanto, durante os últimos anos, a aplicação de uma política econômica baseada nas metas de inflação, na liberdade cambial e na contenção fiscal produziu resultados positivos no controle inflacionário (o IPCA, que fora de 8,9% em 1999, caiu para 3,1% em 2006), na superação dos déficits externos (o saldo saiu de déficit de US\$ 6,6 bilhões em 1998 para superávit de US\$ 46,1 bilhões em 2006) e na contenção da dívida pública. A continuidade dessa política poderá conceder ao Brasil a qualidade de “investment grade”.

Contudo ainda não chegamos lá. A dívida líquida interna pública ultrapassa 50% do PIB e as despesas com juros nos setores público e privado absorvem 18% do PIB, em parte por causa da Selic e dos “spreads” bancários elevados. Apesar da carga tributária de 40% do PIB, o déficit público é de cerca de 3,5% do PIB.

Esse quadro de forte extração fiscal e de alto custo do capital reduz investimentos no setor privado que, de outro lado, sofre pela falta de infra-estrutura, totalmente negligenciada pelo governo federal como parte de seu esforço de obtenção de superávits primários. Não surpreende, portanto, que o crescimento econômico acha-se estagnado. Por outro lado, qualquer tentativa voluntarista de alterar os juros e administrar a taxa de câmbio poderia desajustar gravemente as condições macroeconômicas atuais.

Nessas circunstâncias, o corte nos gastos públicos é de fato uma importante variável de ajuste, capaz de manter o atual “equilíbrio” macroeconômico e, ao mesmo tempo, criar condições para reduzir os juros e desvalorizar o real, o que resultaria em aceleração do crescimento e formação de um círculo virtuoso de crescimento.

Infelizmente, cortar gastos públicos não é tão simples. A atual administração, que manteve a política macroeconômica iniciada nos governos anteriores, foi eleita com a marca política do “welfare state”. O quadro econômico e social brasileiro não dispensaria com facilidade as ações distributivistas que o governo vem adotando.

Portanto, haveria como manter os programas sociais e ao mesmo tempo ampliar os investimentos em infra-estrutura e reduzir a relação dívida pública/PIB, abrindo caminho para mais crescimento econômico?

Creio que sim. Basta que o crescimento ocorra a taxas mais elevadas que a expansão dos gastos. Maior crescimento e continuidade do atual sistema de metas de inflação, do câmbio flutuante e da contenção fiscal reduziriam a relação dívida/PIB e os juros e permitiriam a desvalorização do real.

Mas esse é o dilema. Como acelerar o crescimento sem cortar os gastos públicos? Voltarei ao tema na próxima coluna.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque é doutor em Economia pela Universidade Harvard (EUA), professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. Internet: www.marcoscintra.org / E-mail - mcintra@marcoscintra.org

Economia

PIB do Brasil atinge US\$ 1 trilhão

Número é inédito na história econômica brasileira

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o novo resultado do PIB brasileiro para 2006. De acordo com a nova metodologia, a economia do País cresceu 3,7% em 2006, contra os 2,9% anunciados há um mês.

O PIB ficou em 2,322 trilhões de reais. É a segunda vez que o PIB (Produto Interno Bruto, soma dos serviços e riquezas produzidos no País) brasileiro ultrapassa a casa dos 2 trilhões de reais. Mas, segundo economista da Austin Ratings, é a primeira vez que o PIB ultrapassa 1 trilhão de dólares.

Na semana passada, o IBGE havia divulgado a revisão do PIB do período de 1995 a 2005, e o resultado de 2005 ficou em R\$ 2,148 trilhões, valor 10,9% acima do estimado na série anterior.

O crescimento real do PIB per capita (valor total dividido pela população) em 2006 atingiu 2,3%, segundo o IBGE. O PIB per capita ficou em R\$ 12.436,75 no ano. Em 2006, a população residente do país foi estimada em 186.770.562 habitantes, o que representou um crescimento populacional de 1,4% em 2006.

O crescimento foi puxado principalmente pelo quarto trimestre do ano. Nesse período, o PIB avançou 4,8% em relação ao mesmo período de 2005.

Muitos economistas estavam esperando um incremento em torno de 3,5% e o resultado também superou as expectativas do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que estimava uma variação entre 3,3% e 3,5%. O ministro concede entrevista às 14h para comentar

o resultado do novo PIB.

Agricultura se recupera

Entre os subsetores econômicos, a indústria extrativa mineral teve o melhor desempenho em 2006: 6% de expansão. Neste subsetor, destaca-se o crescimento anual de 5,1% na extração de petróleo e gás e de 10,9% na extração de minério de ferro. Em seguida, contribuindo para a alta do setor industrial, vieram a construção civil (4,6%) e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água com 3,6%. A indústria da transformação apresentou elevação de 1,6%.

A agropecuária cresceu 4,1%, recuperando-se em relação ao ano anterior, quando atingiu um modesto crescimento de 1,0%, em virtude da quebra de safra de alguns produtos com grande representatividade na colheita, além da febre aftosa no quarto trimestre de 2005.

As maiores elevações nos serviços foram nos subsetores intermediação financeira, previdência complementar e serviços, com 6,1%, e comércio (atacadista e varejista) com 4,8%, seguidos por atividades imobiliárias e aluguel com 4,3%, transporte, armazenagem e correios com 3,2%.

A média da taxa de juros efetiva Selic para 2006 ficou em 15,3% ao ano, menor do que em 2005, 19,1% ao ano.

No setor externo, as exportações cresceram 4,6%, e as importações tiveram elevação de 18,1%, apresentando forte aceleração em comparação com 2005.

**ANUNCIE
AQUI!**

**FONE:
4781-1044**

NICHIBRAS

**INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

FONE: 4785-2200

nichibras@nichibras.com.br



ANIVERSARIANTES DE ABRIL

DATA	NOME	EMPRESA
1	VITOR MANUEL P. DA SILVA	ART FRUTA
1	JOAQUIM MATIAS MORAES	PORTANOVA
2	NAOMI KOMEGAE	IMAGE CARE CLINICA OFTALMOLOGICA
4	CECILIO BATISTA DOS SANTOS	EDNA SMIGELISK
4	JAIRO MARQUES DOS SANTOS	FIDALGA GIFT
4	EVANDIRA LUZ SANTOS	LUZ SANTOS CONFECCOES
5	MOHAMED TAHA	SUPERMERCADO MARIMAR (CERCADÃO)
5	MARIA LUCIA RODRIGUES	L.G. DROGARIA E PERFUMARIA
6	JAIRO VIEIRA MATOS	LINDA JOIAS PRESENTES
7	ANTONIO INACIO DOMINGUES	GARANTIA EXPRESS
8	RENATA XAVIER TRIGO	TRIGOPLAST
10	ANA MARIA DA SILVA	HONEY VIDEO LOCADORA
11	LUCIANA GUIMARAES DA LUZ	WIZARD EMBU DAS ARTES
12	EDNA APARECIDA CARLOS FERREIRA	SANTA TEREZA COM. ALIMENTOS
12	DILENE BRANDÃO PEDROSO	MINIMERCADO GOTA DE NEVE
12	GILDA FREGONA	TECNOLUZ
13	GILNEI TADEU TAFFAREL	TAFFAREL INFORMATICA LTDA
13	PAULO RICARDO ALVES DE MOURA	CONDOR COM MATERIAIS PICONSTRUÇÃO
13	TADAAKI YAMADA	IMAGE CARE - CLINICA OFTALMOLOGICA
16	REGIANI VAZ FERNANDES	DROGARIA CERCADO GRANDE
16	LUIZ FELIPE M. DE AQUINO	EMBU CIENTÍFICA
16	RICARDO VIEIRA	RELUZ COM DE ART. E DEC.
16	ANTONIO CARLOS DE O.MOROZETTI JR.	OLIVEIRA E LIMA-
16	FABIO EDUARDO TRINDADE	BOBINEX IND. E COM. DE PAPÉIS
16	VALTER MACHADO LUZ	ENTERMAQ ENG. TER. LOCAÇÃO MAQS.
19	JOSE RIBEIRO LOPES	MINI MERCADO ZIU LTDA
20	ADRIANA MAIA BARCELOS	PÓLIS COLEGIO
22	EVERALDO CHAVES	EVERAUTO COM. PEÇAS ELÉTRICAS
22	RUI DOS FERRAZ	SUELI MAGAZINE
23	CARLOS EDUARDO NIEMEYER RODRIGUES	SANTOS NIEMEYER RECR. INF. (ARCO IRIS)
24	JOHAN MACHADO CARVALHO	AMÉRICA DO SUL
24	SILVANA PESSOA DA SILVA	M.W MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
26	RITA DE CASSIA SALES REIS	ESCOLA ED. INF. CARROSSEL DO SABER
26	HILLMANN C.H.ALBRECHT	MARY HILL PERFUMES
27	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA MOROZETTI	PRESIDENTE - ACISE
28	ROSIMARA FURLAN	ADVOGA ASSESSORIA EMPRESARIAL
29	DANIELA SANTOS DE ALMEIDA	PORTANOVA IMOBILIARIA
29	JÓ MEDINA	INDECA
30	OSVALDO DE MORAES	LAM EMBU SERVIÇOS E COM. LTDA ME
30	VIDAL FERNANDES GELIO	IRGEL IND. E COM. ARTEFATO DE CIMENTO

ALMOÇO ACISENSE

Recanto Gaúcho recebe associados mais uma vez para confraternização no dia 16 de março

Uma boa participação e uma festa animada foi o que marcou o primeiro almoço acisense do ano de 2007. O encontro de confraternização de associados – contou com a presença de seu presidente e de todos os vices, além de muitos membros da diretoria e associados.

No tradicional “bolão” de final de almoço, houve duas premiações: a primeira foi a de um quadro, vencida pela Sra. Maria (da secretaria da ACISE); a segunda, foi a premiação em dinheiro (resultado da arrecadação do “bolão”), no valor de R\$ 121,00, que Olmaro Bebiano (Jornal Hora Exata) acabou por levar.

Participantes:

ACISE – Antonio Carlos de Oliveira Morozetti – Presidente
 APOIO SERVIÇOS – Rodrigo
 AUTO POSTO JOAQUIN'S – Sr. Joaquim
 BEKER PRODS. FARMACO – Dr.César e Mário
 CADOCHA – Sr. Edson
 EASYCOMP (INFORMATICA) – Srs. Jonatan e Marcio
 EMBUOPTICA – Sr. Kiei
 JORNAL HORA EXATA – Olmaro
 NICHIBRÁS – Srs. Mauricio, Sergio, Kenji, Cristina, Sonia e Terezinha
 O GARIMPO – Sr. Horst
 PORTANOVA – Sra. Daniela
 ROFISA – Srs. Zacarias, Horales, Sergio, Ricardo e Fabio
 SECRET.JURÍDICO/ACISE – DR. MARCO AURELIO
 SELLAN R. HUMANOS – Sr. Paulo Ayres
 TECNOLUZ – Sr. Fregona
 UM NOVO JORNAL – Sr. Manoel
 V.T.O.G.M. ADVOGADOS – Drs. Fabiano, Felipe e Iderval

EMBU S.A
 PEDRA BRITADA – CONCRETO PRÉ-MISTURADO - AREIA

Rua Ferreira de Araújo, 202 Pinheiros - São Paulo - SP PABX: 3035-2999

PEDREIRA EMBU

Estrada M^a José Ferraz Prado, 3.100 - Itatuba - Embu - SP

Fone: 4781-1900

indeca
 IND. E COM. DE CACAU LTDA.

Av. Elias Yasbek, 3.030

Embu das Artes (SP) - Brasil

Fones: (11) 4781-1922

(11) 4781-1881(fax)

Interação



Infra-Estrutura

Libbs Farmacêutica sofre com Eletropaulo

Quedas de tensão ameaçam mesmo a implantação de novas linhas de produção da empresa na cidade

Um problema que sempre afetou as empresas instaladas na cidade foi o do fornecimento de energia. Quedas de força, oscilação de tensão, fornecimento irregular que descumpra contratos, estas sempre foram constantes de conflito no relacionamento das empresas com a AES Eletropaulo. Porém, impedir que uma empresa consiga transferir toda a produção para a cidade, esta realmente é uma coisa inédita.

Pois é o que acontece hoje com a Libbs Farmacêutica. Com uma planta industrial instalada na cidade – já tendo em operação uma linha de produção de líquidos – a empresa sofre para conseguir energia nos parâmetros mínimos para instalar maquinário para duas novas linhas de produção até o meio do ano. “Desde o

começo de 2006, quando nós nos instalamos aqui, sofremos com o fornecimento precário”, diz Sahid Abdalla Achcar, gerente de engenharia da empresa. “Quando nós viemos, nós já sabíamos que as quedas de força eram um problema crônico por aqui, especialmente porque Embu fazia parte de um ‘fim de linha’ de um sistema de fornecimento complicado. Mas a situação têm se agravado”, ressalta.

E não é para menos: As quedas constantes e – principalmente – a oscilação de tensão (variando entre os 13.600 e os 12.400 volts) ameaçam o maquinário da empresa. “Granuladores, chillers, lavadoras e compressoras... São todos equipamentos muito delicados., e isso sem contar com o ar condicionado,

que no nosso setor não é item de luxo, é insumo. Importantíssimo na filtragem e assepsia total na hora de fazer os produtos”, lembra Achcar.

A empresa inclusive ampliou a sua Central de Geração de Energia de Emergência, que hoje consegue produzir

cerca de 2,8 kilowatts. “Mas não é suficiente, e nós não poderíamos arcar com o custo de uma subestação de rebaixamento própria, que gira em torno de R\$ 8 milhões. É um custo que nós não podemos absorver”, completa.

Fornecimento da Eletropaulo é maior impedimento hoje para a instalação de novas empresas na cidade

Depois da flexibilização da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Guarapiranga (que resultou em melhores condições para as empresas se fixarem em Embu) e da solução do problema ambiental, hoje é a AES Eletropaulo o maior obstáculo para o crescimento das empresas.

Fonte constante de preocupações, a concessionária de energia tem de entender que o fornecimento precisa estar dentro dos padrões mínimos previstos em contrato para garantir que a empresa possa planejar a instalação de sua produção – planta, máquinas e pessoal – em um cronograma que envolva custo mínimo e máxima produtividade, gerando mais lucratividade. Se isto não acontece, a empresa não pode se instalar.

Não podendo vir, não traz receita e não há arrecadação nem empregos – muito menos desenvolvimento.

sansuy

SANSUY S.A.IND.DE PLÁSTICOS

Laminados
Plásticos flexíveis,
simples e reforçados

Rod.Régis Bittencourt, km 280
- EMBU

TEL: 2139-2600

FAX: 4704-2993

<http://www.sansuy.com.br>

Image Care

Laser Vision Center

Oftalmologia
e
Estética Médica
Atendemos convênios e particulares

- Cirurgia a Laser de Correção da Miopia, Hipermetropia, Astigmatismo, Catarata e Estrabismo

- Fundo de Olho
- Oftalmo Pediatria
- Plástica Ocular
- Botox, Preenchimento, Bioplastia e Blefaroplastia

Descontos especiais para associados da ACISE

Al. Fernando Batista Medina, 69 - Embu Centro - Ao lado do Estádio Municipal
Fone: 4704-2198 / 4781-1044 (ramal 37) - oftalmoiimagecare@terra.com.br

incubadora de cooperativas

EMBU DAS ARTES

Gerando trabalho, renda e cidadania

Pioneira no Brasil, a Incubadora de Cooperativas de Embu tem como objetivo divulgar e fortalecer o cooperativismo como uma forma alternativa de geração de trabalho e renda. Num espaço físico apropriado, todos os participantes recebem suporte técnico-gerencial necessário para aprimorar e desenvolver os seus trabalhos. O resultado desta iniciativa é comprovado através da qualidade dos serviços prestados nas variadas frentes de atuação. Atualmente, cerca de 500 famílias são atendidas pelo programa que beneficia diretamente 2.500 pessoas.

INCUBADAS

- Alimentícia
- Artesanato
- Estacionamento
- Reciclagem
- Integração Comunitária
- Atenção à Saúde Mental
- Confecção e Costura

GRADUADAS

- Construção Civil
- Condutores de Escolares
- Agropecuária
- Reciclagem de Materiais

EM FORMAÇÃO

- Serviços Gerais
- Ecoturismo/Recreação
- Carros de Som

Incubadora de Cooperativas - Embu das Artes - Rua Siqueira Campos, 100 - Centro
Telefones: (11) 4704-2005 / 4241-7205 - incoopambu@ig.com.br

